POLÍTICAS CULTURAIS, TURISMO E PATRIMÔNIO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.

MARIA GISELE PERES*

As reflexões que apresento constituem-se em uma primeira tentativa de avançar nos pressupostos esboçados no projeto de pesquisa *"História e Patrimônio: práticas sociais na cidade e as disputas pelo direito à memória. Araguari – MG"* apresentado ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia. Fazem parte de inquietações que no momento me norteiam, embora em outros ainda possam me confundir. Ao buscar refletir sobre o processo de escolha de bens de valor histórico a serem preservados e as relações constituídas em torno do que foi considerado na cidade de Araguari – MG enquanto patrimônio é impossível fechar os olhos ao apelo que a pauta pública de discussão sobre cultura traz.

A pesquisa que até o momento venho desenvolvendo possibilita refletir sobre a valorização que a cultura está recebendo enquanto recurso. Esta forma de concebê-la move diferentes ações e está presente no Brasil e noutros países, significativamente no que diz respeito às políticas culturais. Chama a atenção as ações da UNESCO no Brasil e os projetos desenvolvidos em âmbito nacional tendo como referência as orientações deste órgão. O que percebo é que o debate gira em torno da ideia de direito à diversidade, no entanto, ligada diretamente à relação entre cultura e desenvolvimento, portanto à ideia de economia criativa, como também o incentivo à expansão do turismo cultural.

Essas ideias materializam-se no documento produzido pela UNESCO onde foram definidas, por meio do Plano Nacional de Cultura, algumas prioridades que devem nortear suas ações entre os anos de 2005 e 2015[1]. Dentre essas prioridades destaca-se: Administração Pública da Cultura; Direitos Culturais e Cidadania; Cultura e Desenvolvimento; Patrimônio Cultural; Comunicação é cultura. Essas prioridades têm como objetivo principal garantir o direito à cidadania e à cultura. No entanto, sua

* Doutoranda em História pela Universidade Federal de Uberlândia.

[1] Importa ressaltar que ao longo do século XX foram realizadas diversas conferências dais quais resultaram as chamadas Cartas Patrimoniais, resoluções e declarações que são tomadas como base para as ações da UNESCO e dos países-membros.

principal linha de ação para alcançar este objetivo é apresentada da seguinte forma:

> *"[...] promoção da relação entre cultura e desenvolvimento [...]. Dois pontos centrais podem ser identificados. O primeiro diz respeito ao impacto econômico da cultura. De forma geral, esse potencial é reconhecido no Brasil, mas pouco se fez para avaliar seu verdadeiro valor por meio da criação de bancos de dados e de um sistema permanente de avaliação. A UNESCO poderia apoiar os esforços das instituições públicas nesse sentido. O segundo campo de ação diz respeito à Convenção sobre Diversidade Cultural. O artesanato tradicional, as pequenas manufaturas, a moda e o designe são áreas estratégicas para o Brasil, tendo em vista a gama de produtos oferecidos e sua capacidade de melhorar as condições de vida dos grupos mais pobres."*[2]

A possibilidade de alcançar com sucesso esses objetivos está, segundo o próprio documento, no crescimento da consciência da dimensão econômica que possui este setor e principalmente da ação estatal que passa a afirmar a cultura como setor estratégico, promovendo campanha nacional em favor da definição de um orçamento mínimo para a cultura.

Para concretizar esses objetivos é apontada ainda a necessidade de capacitação e do compartilhamento de conhecimentos. Isso significa que, dentro dessas ações, a cultura como um direito encontra seus limites no momento em que vem a possibilitar ou não o desenvolvimento econômico, gerando principalmente empregos.

Em relação ao prazo médio estabelecido pela UNESCO de 2008-2013 o foco está voltado para inserção da cultura e do patrimônio no desenvolvimento sustentável. Para isso estabelece como objetivos, entre outros, a:

> *"(...) contribuição com a concepção de políticas públicas para a conservação integrada e sustentável de centros históricos, com ênfase na recuperação da função habitacional e na identificação de novos instrumentos urbanísticos que viabilizem a participação do setor privado (agencia privada de interesse público). Inclui também o aprofundamento, em estados e municípios, dos processos de capacitação em gestão do Patrimônio Imaterial já iniciados; desenvolvimento de estudos setoriais sobre um conjunto selecionado de atividades econômicas de base cultural, abordando a*

[2] **MARCO estratégico para Unesco no Brasil.** Brasília, out. 2006, p. 45-46. Disponível em: <http://www.unesco.org.br/publicacoes/livros/marcoestrategicoUNESCO/mostra_documento>. Acesso em: 23 jan. 2007.

dinâmica produtiva dos vários segmentos, com vistas à identificação de linhas de promoção e fomento que favoreçam a economia da cultura e a promoção do patrimônio cultural; desenvolvimento de conteúdos de suporte à promoção turística dos bens culturais brasileiros, sob a ótica da diversidade cultural, com vistas à promoção desses bens, ao tratamento ético dos valores culturais nos projetos do setor turístico e ao combate aos estereótipos; apoio ao desenvolvimento de pesquisas de demanda no campo do turismo cultural (...)"[3]

É interessante observar como estas propostas se fazem presentes nas discussões que materializaram o texto-base da II Conferência Nacional de Cultura que aconteceu em abril de 2010 e que permite refletir sobre como vem sendo tratada a cultura em nosso país. Formada por artistas, conselheiros, empresários, produtores, patrocinadores, entre outros e a sociedade civil em geral, a Conferência foi convocada com o objetivo de:

> *"(i) discutir a cultura brasileira nos seus múltiplos aspectos, valorizando a diversidade das expressões e o pluralismo das opiniões; (ii) propor estratégias para: fortalecer a cultura como centro dinâmico do desenvolvimento sustentável; universalizar o acesso dos brasileiros à produção e fruição da cultura; consolidar a participação e o controle social na gestão das políticas públicas de cultura; implantar e acompanhar os Sistemas Nacional, Estaduais e Municipais de Cultura e o Plano Nacional de Cultura; e (iii) avaliar os resultados obtidos a partir da 1ª Conferência Nacional de Cultura, realizada em 2005".*[4]

O tema geral da Conferência foi "Cultura, diversidade, cidadania e desenvolvimento", subdividido em três eixos de discussão: Produção simbólica e diversidade cultural, Cultura, cidade e cidadania e Cultura e desenvolvimento sustentável.

A compreensão de cultura do Ministério da Cultura apresentada neste texto-base abrange três dimensões: a simbólica (línguas, valores, crenças e práticas), *"nessa*

---

[3] Ver: Objetivo Estratégico 2, disponível em http://www.unesco.org/pt/brasilia/culture/strategic-objective-2/ Acesso em 23/04/2010. A base desta proposta encontra-se na Convenção de 1972 e Declaração de 2001.

[4] Texto-base da Conferência Nacional de Cultura 2010, p. 1. Disponível em http://blogs.cultura.gov.br/cnc/files/2009/08/Texto-Base.pdf.

perspectiva, também chamada antropológica, a cultura humana é o conjunto de modos de viver, que variam de tal forma que só é possível falar em culturas, no plural"[5]. A cidadã que *"fundamenta-se no princípio de que os direitos culturais são parte integrante dos direitos humanos e devem constituir-se como plataforma de sustentação das políticas culturais"*[6]. A econômica que compreende a cultura como um elemento estratégico para o desenvolvimento econômico.

Ao realizar a pesquisa juntamente com as leituras e reflexões entorno do conceito de cultura foi possível refletir melhor sobre ele e a necessidade de pensar seu conteúdo histórico[7]. Nesse sentido cabe indagar: como a cultura tem sido compreendida? Quais os significados dos conteúdos que lhes são atribuídos? A relação entre cultura e sociedade vem sendo compreendida de forma abstrata ou como prática social? Acredito que seja fundamental não separar a cultura do conjunto de outras práticas, assim como não podemos apresentá-la de forma estática, homogênea e não-histórica, como uma formação social abstrata. Ela deve ser tratada como parte dos diferentes setores sociais. Afinal, acredito que, se cultura não é uma formulação teórica abstrata, ela deve ser pensada na vida das pessoas[8]. O que percebo é que, embora o Ministério da Cultura conceitue a cultura como um conjunto de modos de viver, sendo possível colocá-la no plural, ao ler os documentos produzidos entorno dela percebo que as ações indicadas na realidade acabam por limitá-la a possibilidades econômicas, além de folclorizá-la, tomando-a como peculiaridade de cada comunidade[9].

Nessa direção, faz-se cada vez mais presente a necessidade de problematizar conceitos e desconfiar de explicações que se apresentem como universais. Isso

---

[5] Idem 4, p. 2.

[6] Idem 4, p. 2.

[7] Para essa reflexão foi importante a leitura de EAGLETON, Terry. Versões da cultura e Cultura em crise. In: **A ideia de cultura.** São Paulo: Editora Unesp, 2005, p. 9-77.

[8] Estas reflexões têm como base a leitura de WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria cultural marxista. In: **Revista USP**, nº 66, julho-agosto de 2005, p. 210-225.

[9] Importa salientar que existem várias outras questões que não foram ainda investigadas em relação a esta discussão e que considero fundamental para compreensão do processo histórico analisado. Acredito que será importante refletir sobre estas políticas culturais tendo em vista que são políticas formuladas pelo governo do Partido dos Trabalhadores. As políticas e planos analisados até o momento, embora folclorizem e atrelem a cultura a interesses econômicos, trazem a perspectiva de socializá-la, defendendo que todos devem ter acesso a ela. Nessa direção, em que elas diferem em relação às políticas de outros governos? Quais sentidos elas trazem para os grupos envolvidos? Ocorreram avanços? Quais os significados dos conteúdos dessas políticas?

possibilita a compreensão de que nenhum conceito deve ser tomado como auto-explicativo.

As leituras que venho realizando, em especial de textos de Stuart Hall, fizeram-me refletir sobre a necessidade de trabalhar o conceito de cultura de forma relacional, levando sempre em consideração que nenhuma cultura existe de modo isolado de outras instâncias da vida ou mesmo das relações sociais estabelecidas. Nesse sentido, é que para mim, torna-se possível colocar o conceito de cultura no plural. Além disso, busco dialogar com Hall no sentido que:

> *"Não existem 'culturas' inteiramente isoladas e paradigmaticamente fixadas, numa relação de determinismo histórico, a classes 'inteiras' – embora existam formações culturais de classe bem distintas e variáveis. As culturas de classe tendem a se entrecruzar e a se sobrepor num mesmo campo de luta"* (HALL, 2006:245).

Neste horizonte de reflexão penso ser fundamental tratá-la sem perder de vista as relações classistas. No entanto, isso não significa estabelecer dicotomias, mas sim, implica principalmente a necessidade de colocar em foco também as apropriações e contradições, pensando as aceitações, tensões, conflitos, recriações, conformações e resistências que emergem das práticas sociais.

A ideia principal da II Conferência Nacional de Cultura é criar políticas de sustentação dos processos culturais de criação, produção, distribuição, difusão, consumo e preservação. A partir desta Conferência foi aprovado o Plano Nacional de Cultura[10.] Nesse plano é colocado em foco cinco diretrizes: fortalecer a ação do estado no planejamento e na execução das políticas culturais; reconhecer e valorizar a diversidade e proteger e promover as artes e expressões culturais; universalizar o acesso dos brasileiros à arte e à cultura; ampliar a participação da cultura no desenvolvimento socioeconômico sustentável, promover as condições necessárias para a consolidação da economia da cultura e induzir estratégias de sustentabilidade nos processos culturais; construir mecanismos de participação da sociedade civil e ampliar o diálogo com os

[10] Este plano se apresenta como um desdobramento da Convenção para a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais adotada em 2005 pela Unesco e ratificada pelo Brasil em 2006. Para sua consolidação houve um acúmulo de debates e estudos, sendo importante destacar o Seminário Nacional Cultura para Todos, as Câmaras Setoriais, a 1º e 2º Conferência Nacional de Cultura que foram realizadas respectivamente em 2005 e 2010.

agentes culturais e criadores.

Ele é apresentado como uma forma de responsabilizar cada esfera governamental (municipal, estadual e federal) pela cultura, dividindo tarefas por meio de um sistema nacional, transformando a política cultural em uma política de estado. Por meio deste Plano cabe ao estado legislar, administrar e implementar políticas públicas culturais capazes de estimular o desenvolvimento, a inclusão social e a cidadania. Para isso as propostas nele contidas vão desde o audiovisual, a comunicação, o teatro, a música e as artes plásticas, passando pelo artesanato, o circo, a culinária e as culturas populares.

Nessa direção, chama atenção a preocupação em como a cultura pode ser consumida de forma correta e lucrativa. O desenvolvimento socioeconômico passa a ser essencial para o investimento do Estado em cultura. Sua função é de gerar renda. Assim, a cultura torna-se um objeto a ser comercializado. A partir daí são realizados estudos sobre o impacto da cultura na economia. Assim, a cultura torna-se um artefato isolado das outras instâncias da vida, relacionada apenas ao econômico, sendo suas condições de produção - condições de sua prática, relações sociais - colocadas em segundo plano ou estimuladas a partir de um viés econômico.

Importa destacar que o Plano Nacional de Cultura está diretamente relacionado ao Plano Nacional de Turismo – Uma viagem de inclusão (2007/2010). Ao colocar o turismo como indutor do desenvolvimento e da geração de emprego e renda no País, este plano busca diagnosticar o mercado turístico brasileiro e indicar possibilidades para o seu desenvolvimento, assim tenta transformar o turismo em um mecanismo de inclusão social. Esta inclusão pode ocorrer, segundo o Plano Nacional de Turismo, por duas vias: a de geração de postos de trabalho e a do consumo a partir da absorção de novos turistas no mercado interno. O objetivo do Plano é tratar o turismo a partir de sua função social, uma vez que busca o desenvolvimento regional, amplia o acesso a aposentados, estudantes e trabalhadores, investe na qualificação profissional, na geração de empregos e na promoção do Brasil no exterior.

Com o objetivo de expandir o mercado turístico o Ministério do Turismo realizou um mapeamento turístico no país, identificando regiões e roteiro turísticos.[11]

[11] Este mapeamento faz parte do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiro do Brasil desenvolvido em 2004 e que identificou 219 regiões turísticas, abrangendo 3.203 municípios.

Segundo o Ministério, este tipo de ação estabelece um marco de expansão do turismo nacional, abrindo perspectivas de desenvolvimento socioeconômico para diversas regiões do país.

O que me parece mais interessante neste Plano são os projetos desenvolvidos pelo Ministério do Turismo. Entre eles destaco o Programa de Regionalização do Turismo que tem como foco: ecoturismo, turismo de aventura, turismo cultural, turismo de esportes, turismo de estudos e intercâmbios, turismo náutico, turismo de negócios e eventos, turismo de pesca, turismo rural, turismo de saúde, turismo social, turismo praia e sol. Dentre eles o que mais me chamou atenção foi o turismo social e o turismo cultural.

O turismo social é apresentado pelo Ministério do Turismo como "forma de conduzir e praticar a atividade turística promovendo a igualdade de oportunidades, a equidade, a solidariedade e o exercício da cidadania na perspectiva da inclusão"[12]. A ideia é dar possibilidade para que grupos em situação de exclusão possam usufruir da experiência turística, além do estímulo às atividades econômicas ligadas ao turismo e a conservação e valorização do patrimônio cultural e natural e a promoção do chamado capital social. Tendo em vista esta proposta cabe inferir sobre quais são seus significados para a vida dos sujeitos envolvidos. Quais mudanças podem ocorrer em suas vidas a partir de sua aplicação?

Já o turismo cultural tem como foco as atividades relacionadas ao patrimônio histórico e cultural - seja ele material ou imaterial, tido pelo Ministério como bens que expressam ou revelam a memória e a identidade das populações ou comunidades - e os eventos culturais. No site do Ministério do Turismo são apresentados os seguintes bens passíveis de se tornarem atrações turísticas:

> *"(...) arquivos, edificações, conjuntos urbanísticos, sítios arqueológicos, ruínas, museus e outros espaços destinados à apresentação ou contemplação de bens materiais e imateriais, manifestações como música, gastronomia, artes visuais e cênicas, festas e celebrações. Os eventos culturais englobam as manifestações temporárias, enquadradas ou não na definição de patrimônio, incluindo-se nessa categoria os eventos gastronômicos, religiosos, musicais, de dança, de teatro, de cinema, exposições de arte, de artesanato e outros"*[13].

---

[12]Ver:http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/estruturacao_segmentos/social.html, acesso em 05/05/2010.

[13]Ver:http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/estruturacao_segment

Além disso, o caderno Turismo Cultural: orientações básicas, destaca:

> *"A pluralidade da cultura brasileira tem sido aclamada pelos governos e pela sociedade como uma das principais características do patrimônio do País, ao lado dos recursos naturais, o que pode significar para o turismo a possibilidade de estruturação de novos produtos diferenciados, com o consequente aumento do fluxo de turistas. O grande mérito dessa possibilidade é fazer do turismo uma atividade capaz de promover e preservar a nossa cultura. Nesse caso, cultura e turismo configuram, em suas diversas combinações, um segmento denominado Turismo Cultural – que se materializa quando o turista é motivado a se deslocar especialmente com a finalidade de vivenciar aspectos e situações que podem ser considerados particularidades da cultura"*[14].

O que seriam estas "particularidades da cultura"? Como podem ser "vivenciadas" pelos turistas? Esta vivência possibilita a valorização da cultura ou apenas a mantém como algo exótico a ser observado e consumido? O que percebo é que, articulando desenvolvimento socioeconômico com a promoção da diversidade cultural brasileira e o bem-estar das comunidades, a cultura transforma-se em um atrativo turístico, um "produto diferenciado" que deve ser promovido para que seja consumido.

O caderno também traz outros significados focados na ideia de valorização da identidade cultural como uma forma de elevar a "autoestima" das comunidades:

> *"O patrimônio cultural, mais do que atrativo turístico, é fator de identidade cultural e de memória das comunidades, fonte que as remete a uma cultura partilhada, a experiências vividas, a sua identidade cultural e, como tal, deve ter seu sentido respeitado.(...)*
>
> *Praticando esses pressupostos, algumas iniciativas de implementação de políticas públicas de turismo têm despertado o sentimento de orgulho nas comunidades em relação à sua identidade cultural. Práticas culturais, antes esquecidas, vêm sendo resgatadas e o patrimônio preservado, mesmo em face das influências da globalização e da tendência à padronização de expressões, bens e serviços culturais e turísticos"*[15].

---

os/turismo_cultural.html, acesso em 05/05/2010.

[14] **Turismo cultural: orientações básicas**. Ministério do Turismo, secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. Brasília: Ministério do Turismo, 2008, p. 13.

[15] Idem 14, p. 15-16.

Isto chama atenção para o fato de que o investimento no chamado turismo cultural e, consequentemente na cultura, está diretamente ligado – para além da geração de renda - aos possíveis significados que estes possuem enquanto representantes de uma cultura regional ou mesmo como expressão de nacionalidade. É enquanto um testemunho de uma cultura nacional que expressa uma identidade que o Estado escolhe e busca promover a criatividade cultural de uma determinada região ou comunidade.

Outro aspecto significativo está em que todos estes planos foram alinhados ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), cada um contribuindo com suas respectivas ações. Cabe dizer ainda que a partir desses projetos foi criado o PAC Cidades Históricas[16] que tem a intenção de avançar em relação às políticas anteriores realizadas pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – desde sua criação em 1937 e pelo Programa Monumenta/Minc, articulado a partir de 1995 e consolidado em 2006. Para isso coloca como objetivo solucionar problemas como o de subaproveitamento do potencial econômico para a geração de renda, empregos e agregação social e identitária; resolver o problema do crescimento urbano desordenado, de infraestrutura urbana precária e o de risco de degradação dos imóveis já protegidos pelo Iphan.

Quais são os sentidos presentes na relação proposta entre cultura e identidade? Como escolher as produções culturais que sejam capazes de representar a nacionalidade ou mesmo uma possível identidade de comunidades? Quais os significados dessas escolhas? Como encarar este momento no qual a cultura é apresentada como uma possibilidade de incremento econômico e social? As políticas culturais devem ser compreendidas apenas como um ato de "doação" por parte do Estado ou podem ser vistas como direitos adquiridos por meio de lutas por sua implementação? Essas são questões que me instigam a refletir uma vez que me incomoda o procedimento de difusão, espetacularização e expropriação em que a cultura é "fetichizada", virando mercadoria principalmente por meio do turismo que desloca os significados firmados numa cultura e o transforma em um objeto a ser comercializado.

Néstor Garcia Canclini no texto *"O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional"* apresenta a reflexão sobre a existência de uma hierarquia de

[16] Este programa envolve o Ministério da Cultura, o Ministério das Cidades, da Educação e do Turismo, além do BNDES, da Caixa Econômica Federal e a Unesco, entre outros.

capitais culturais, onde diferentes grupos se apropriam de forma diversa das "heranças" culturais, selecionando aquilo que consideram de valor. Desta forma, o patrimônio torna-se um espaço de luta material e simbólica entre as classes. A seleção por grupos que detêm o poder do que é considerado de valor em uma sociedade reproduz diferenças entre as classes, ao mesmo tempo em que exclui a produção cultural de certos grupos sociais (CANCLINE, 1994:94-115).

Esta seleção busca absorver as manifestações culturais consideradas pelos grupos dominantes como "populares" principalmente com o intuito de controlá-las. Em um duplo movimento, ao mesmo tempo em que o Estado promove uma determinada cultura convertendo-a em patrimônio cultural, também tenta domesticá-la, desvinculando-a da classe que a produziu e vinculando-a a novas classes sociais, forjando assim uma tradição nacional, representante de certa nacionalidade (CHAUÍ, 1989).

Nessa direção, concordando com Stuart Hall:

> *"Creio que há uma luta contínua e necessariamente irregular e desigual, por parte da cultura dominante, no sentido de desorganizar e reorganizar constantemente a cultura popular; para cercá-la e confinar suas definições e formas dentro de uma gama mais abrangente de formas dominantes. Há pontos de resistência e também momentos de superação. Esta é a dialética da luta cultural"* (HALL, 2006:239).

Assim, tendo em vista estes projetos apresentados à sociedade cabe indagar sobre o porquê das escolhas, o que vem sendo considerado digno de ser preservado e valorizado e principalmente: quais relações são silenciadas neste processo? Acredito que deve ser questionado se as escolhas que giram em torno do que deve ser preservado refletem a opção de diferentes grupos. Será que o passado que é preservado tem significado para os sujeitos envolvidos? Qual concepção de cultura tem prevalecido nessas escolhas? Quais ações acabam por serem escondidas e quais sujeitos são alijados dessa história?

A leitura do texto de Raymond Williams, *"Base e superestrutura na teoria cultural marxista"*, permitiu amadurecer algumas reflexões delineadas no projeto de pesquisa sobre as escolhas realizadas entorno dos considerados patrimônios histórico-culturais e o que vem sendo valorizado como "bem cultural" pelos órgãos de proteção

ao patrimônio nas diversas esferas governamentais.

Segundo Raymond Williams, a tentativa de forjar uma tradição não ocorre de forma neutra, ela é sempre seletiva e expressa pressões e limites dominantes e hegemônicos, sendo um meio prático de incorporação que para isso toma um passado como modelo para o presente na busca de definir uma identificação social e cultural. Segundo Williams:

> *(...) num nível filosófico, no verdadeiro nível da teoria e no nível da história das várias práticas, há um processo que chamo de* ***tradição seletiva****: aquilo que, no interior dos termos de uma cultura dominante e efetiva, é sempre transmitido como "a tradição verdadeira", "o passado importante". Mas o principal é sempre a seleção, o modo pelo qual, de um vasto campo de possibilidades do passado e do presente, certos significados e práticas são enfatizados e outros negligenciados e excluídos. Ainda mais importante, alguns desses significados e práticas são reinterpretados, diluídos, ou colocados em formas que apoiam ou ao menos não contradizem outros elementos intrínsecos à cultura dominante e efetiva.* (WILLIAMS, 2005:217).

A partir dessas reflexões cabe questionar: qual tradição cultural é vista como realmente significativa? Quais os limites e pressões exercidos pelas políticas públicas voltadas para cultura? A leitura do texto de Williams me fez pensar sobre como "as escolhas, vistas como naturais, devem ser compreendidas como expressão da dominação de uma determinada classe" (WILLIAMS, 2005:216).

Por outro lado, percebo que o fundamental não é apenas apontar que existe uma história sobre a cidade que se tornou oficial, mas sim buscar apreender os diversos sentidos das práticas sociais na cidade: as tensões, os conflitos, as sociabilidades, as resistências, aceitações e conformações que compõe o viver. Faz-se interessante pensar as diferentes relações sociais que são criadas e produzidas nos espaços da cidade, indagando sobre outras referências elaboradas sobre ela. Além disso, acredito que falar sobre a preservação do patrimônio histórico-cultural é um dos caminhos possíveis para pensar as transformações da cidade, afinal, o que significa viver nesta cidade?

A partir da pesquisa, das leituras e reflexões passei a compreender que o mais importante não é fazer um inventário das diferenças, mas sim buscar um outro olhar para compreender nossa realidade e a dinâmica do processo histórico. Assim, mais que

trabalhar novos temas e abordagens importa propô-los tendo como horizonte as transformações no presente e a possibilidade de construção de um futuro diferente. Isso significa que não devemos apenas apontar as pluralidades, é necessário fazer a prospecção (SARLO, 1997).

Nesse sentido, minha intenção é expressar dilemas que vivemos no tempo presente e contribuir para a reflexão sobre patrimônio cultural, história e cidade. Até o momento não tenho respostas convincentes para nenhuma das questões levantadas, no entanto, acredito que a opção por problematizar o processo de preservação patrimonial em nosso país possibilitará a reflexão sobre a constituição da memória dominante que se quer única e homogênea em seu duplo movimento de produção de visibilidades e ocultação de outras práticas sociais.

FONTES:

Deliberação Normativa do Conselho Curador do IEPHA/MG, n° 1/2005.

Lei nº 12.040 de dezembro de 1995. (Lei "Hobin Hood")

MARCO estratégico para Unesco no Brasil. Brasília, out. 2006, p. 45-46. Disponível em: <http://www.unesco.org.br/publicacoes/livros/marcoestrategicoUNESCO/mostra_documento>. Acesso em: 23 jan. 2007.

Objetivo Estratégico 2, disponível em http://www.unesco.org/pt/brasilia/culture/strategic-objective-2/

PAC Cidades Históricas: Patrimônio, desenvolvimento e cidadania. Brasília: Ministério da Cultura; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2009.

Texto-base da Conferência Nacional de Cultura 2010. Disponível em http://blogs.cultura.gov.br/cnc/files/2009/08/Texto-Base.pdf

Turismo Cultural: orientações básicas. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

Turismo Social: diálogos do Turismo, uma viagem de inclusão. Ministério do Turismo, Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Rio de Janeiro: IBAM, 2006.

REFERÊNCIAS:

CANCLINI, Néstor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. In: HOLLANDA, H. Buarque de (Org.). **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Tema: Cidade. n. 23, p. 94-115, 1994.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência**. Aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1989.

EAGLETON, Terry. Versões da cultura e Cultura em crise. In: **A ideia de cultura.** São Paulo: Editora Unesp, 2005, p. 9-77.

HALL, Stuart. Notas sobre a "desconstrução" do popular. In: **Da diáspora.** Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora da UFMG, p. 231-247.

SAID, Edward W. **Representações do Intelectual:** as Conferências Reith de 1993. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SARLO, Beatriz. Um olhar político. In: **Paisagens Imaginárias.** São Paulo: Edusp, 1997, p. 55-63.

THOMPSON, E. P. Os filósofos e a História. In: **A miséria da teoria ou um planetário de erros.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 34-47.

_____ Folclore, Antropologia e História Social. In: **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** São Paulo: Editora da Unicamp, 2001, p. 227-267.

WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria cultural marxista. In: **Revista USP**, nº 66, julho-agosto de 2005, p. 210-225.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura.** Usos da cultura na era global. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.